

TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO: POTENCIALIZANDO A CONCENTRAÇÃO HÍDRICO-FUNDIÁRIA NO SUL DO CEARÁ

*Transposition of the São Francisco river: enhanced concentration of water
and land in the south of Ceará*

*Transposición del río São Francisco: potenciación de la concentración de
agua y tierra en el sur de Ceará*

Tiago Cartaxo de LUCENA – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1877-9529>

URL: <http://lattes.cnpq.br/3933101158333191>

EMAIL: tiago.cartaxo@aluno.uece.br

Leandro Vieira CAVALCANTE – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3970-6655>

URL: <http://lattes.cnpq.br/4840870286350506>

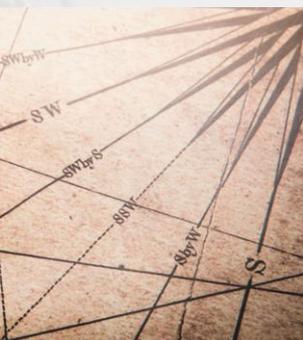
EMAIL: leandro.cavalcante@ufrn.br

Luiz Cruz LIMA – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7595-9652>

URL: <http://lattes.cnpq.br/3963477184629562>

EMAIL: l.cruzlima@uol.com.br



RESUMO

Discute-se a rede hídrica do Nordeste, a partir do projeto de transposição do rio São Francisco, com foco na mesorregião sul cearense, mediante a expansão capitalista, demonstrada pela concentração hídrico-fundiária através da territorialização do capital com a atuação do Estado neoliberal e grandes empresas do agronegócio. A metodologia assenta-se em revisão teórica, relacionada a água, terra e território, além da realização de trabalhos de campo mediante realização de entrevistas com empresários do agronegócio e agricultores familiares. Verificou-se as contradições do megaprojeto da rede hídrica do Nordeste e analisou-se as indagações e inquietações existentes em relação à mercantilização dos bens comuns da natureza pelo agronegócio e às políticas públicas hídricas do Estado neoliberal, que estão transformando a água em mercadoria. Observou-se, com a pesquisa, que essa rede hídrica não efetivou mudanças estruturais para a classe trabalhadora do Nordeste, ocasionando injustiça hídrica, acumulação, expansão do capital, territorialização das empresas agrícolas e conflitos socioterritoriais, evidenciando-se as lutas e resistências dos agricultores familiares por terra, água, território e rede hídrica para todos, pois perderam seus bens naturais a partir de ações coordenadas tanto pelo Estado quanto pelo capital.

Palavras-chave: Rede hídrica; Concentração hídrico-fundiária; Agronegócio.

Histórico do artigo

Recebido: 24 abril, 2024
Aceito: 06 setembro, 2024
Publicado: 21 outubro, 2024

ABSTRACT

The study examines the water supply system of Brazil's Northeast focusing on the São Francisco River transposition project and its impact on the southern region of Ceará. It examines the capitalist expansion characterized by the concentration of water and land ownership driven by the territorialization of capital through the actions of the neoliberal state and large agribusiness corporations. The methodology includes a theoretical review of water, land, and territorial issues, complemented by fieldwork with interviews conducted among agribusiness entrepreneurs and small-scale family farmers. The research exposes the contradictions inherent in this megaproject for the Northeast's water supply system and critically assesses concerns over the commodification of natural resources, particularly water, by agribusiness and the neoliberal state's public water policies. These policies have effectively transformed water into a marketable commodity. It reveals that the project has not brought substantial structural changes for the working-class population in the Northeast region. Instead, it has led to water injustice, wealth accumulation, capital expansion, territorial control by agribusinesses, and socio-territorial conflicts. Moreover, the research highlights the struggles and resistance of family farmers fighting for equitable access to land, water, territory, and water supply for all. These communities have seen their natural resources depleted by coordinated actions between the state and corporate interests.

Keywords: Water network; Water and agrarian concentration; Agribusiness.

RESUMEN

Se discute la red hídrica en el Nordeste, a partir del proyecto de transposición del río São Francisco, con foco en la mesorregión sur de Ceará, a través de la expansión capitalista, demostrada por la concentración del agua y de la tierra a través de la territorialización del capital con la actuación del Estado neoliberal y de las grandes empresas del agronegocio. La metodología se basa en una revisión teórica sobre el agua, la tierra y el territorio, así como en un trabajo de campo a través de entrevistas con empresarios del agronegocio y agricultores familiares. Se verificaron las contradicciones del megaproyecto de la red hídrica del Nordeste y se analizaron las cuestiones y preocupaciones existentes en relación con la mercantilización de los bienes comunes de la naturaleza por parte del agronegocio y las políticas públicas hídricas del Estado neoliberal, que están convirtiendo el agua en una mercancía. La investigación demostró que esta red de agua no ha traído cambios estructurales para la clase trabajadora del Nordeste, provocando injusticia hídrica, acumulación, expansión del capital, territorialización de las empresas agrícolas y conflictos socioterritoriales, destacando las luchas y resistencias de los agricultores familiares por la tierra, el agua, el territorio y una red de agua para todos, ya que han perdido sus bienes naturales como resultado de acciones coordinadas tanto por el Estado como por el capital.

Palabras clave: Red hídrica; Concentración de agua y tierra; Agronegocio.

1 INTRODUÇÃO

O Estado Neoliberal tem transformado a região Nordeste através da construção de uma nova rede hídrica que, dentre as principais obras, encontra-se a transposição do rio São Francisco, que é o maior empreendimento hídrico da América Latina. Esse novo projeto de acumulação de capital, executado pela política hídrica/agrária do Estado, torna-se centralidade para o agronegócio.

Analisando-se a nova geografia da rede hídrica no Nordeste, ressalta-se que esse processo de desenvolvimento consiste na construção de uma interligação de sistemas hídricos, que tem como objetivo favorecer os interesses dos latifundiários e o crescimento econômico do agronegócio no Semiárido. Nesse sentido, há que refletir sobre essa nova rede hídrica, em virtude de uma série de infraestruturas construídas ao longo deste século XXI, que está se materializando a partir do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), além dos ramais associados: Entremontes, Agreste, Salgado, Apodi, Piancó e Cinturão das Águas do Ceará (CAC), efetivados pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, que estão potencializando o sistema capitalista dos mercados das águas e das terras.

As obras realizadas no Ceará, em particular, visam a expansão da garantia de oferta hídrica proporcionada pelos reservatórios do Castanhão, maior açude nordestino, com capacidade de acumular 6,7 bilhões de m³; do Orós, com 2,1 bilhões de metros cúbico de água e Banabuiú, que já estão integrados aos açudes Pacajus, Pacoti, Riachão e Gavião. Esses recursos hídricos são utilizados pela maior parte da população das Bacias do Jaguaribe e Metropolitana, com cinco milhões de habitantes de 56 municípios (Brasil, 2020), além da região do Cariri, que também está prevista como beneficiária. É ainda importante mencionar que o Ceará tem capacidade acumulativa de 18 bilhões de m³ de água (Brasil, 2020).

A chegada das águas no sul do Ceará, na região do Cariri, a partir da rede hídrica do Nordeste estabelecida em torno do PISF, foi acompanhada por diversas injustiças hídrica, ambiental e territorial para os agricultores familiares e, em nossas análises, verificamos a expansão do capital e a desterritorialização das comunidades próximas às obras hídricas.

O que se percebe é a transformação da rede hídrica na acumulação de capital, nessa nova fase do Estado neoliberal, utilizando a narrativa da escassez hídrica da região Nordeste. Interessante nesse processo, é que se utiliza a questão climática a favor do capital e a estratégia de construir diversas políticas públicas que, no discurso dos governantes, é “água para quem tem sede”, o que causa contradições diante da ínfima mudança de acesso à água pelos agricultores familiares e a concentração em grandes reservatórios utilizados pelos setores do agronegócio.

O Estado continua favorecendo a elite dominante do Nordeste com uso do dinheiro público com construções de grandes obras hídricas na justificativa de resolver a falta de água. Porém mesmo depois de mais de dois séculos, milhões de sertanejos continuam

excluídos de acesso a água e, diante dessas contradições, surgiram manifestações e resistências para denunciar as injustiças sociais, econômicas e ambientais, além de lutar pelos direitos para construção de uma sociedade justa.

O discurso da seca e da falta de água foi alimentado pelo Estado e pelas elites locais como a principal problemática das desigualdades sociais e miséria do sertanejo: “a disponibilidade de água é, sem dúvida, o fator determinante da pobreza ou da riqueza na região” (Brasil, 2004, p. 116). Como a construção da maior obra hídrica da América Latina, a transposição do rio São Francisco foi marcada por intensos debates, conflitos e mobilizações sociais, além das transformações territoriais e dos desafios da gestão dos recursos hídricos na região semiárida, tendo em vista que, segundo Petrella (2002), esse projeto está relacionado aos interesses dos “senhores da terra”, que também vão ser os “senhores da água”, fortalecendo a elite regional.

Ademais, decorre da nova rede hídrica uma potencialização da concentração de terra, riqueza e poder dos latifundiários e, ainda, tem atraído empresas do agronegócio, com uso insustentável das águas e mudando a vida dos sertanejos nos seus territórios. Esse conjunto de infraestrutura hídrica não significa a democratização da água, na verdade, tem ocasionado o mercado das águas, que se manifesta em várias resistências e conflitos em todo o percurso da obra.

Essa geografia da rede hídrica está a serviço do capital materializado na mercantilização das terras, das águas e dos bens naturais, na centralidade do sistema capitalista neoliberal, que está se apropriando e comercializando a água, tornando-a mercadoria no processo de acumulação primitiva (Marx, 2011), ou por espoliação (Harvey, 2004). Deste modo, essas mudanças têm trazido consequências para os sertanejos, pois além de serem excluídos pelas ações do Estado, atualmente, estão pagando pela água.

Diante dessa realidade, dá-se a territorialização do agronegócio, a partir da nova rede hídrica que está sendo construída no Nordeste, modelo que prioriza os novos donos das águas, controlando, privatizando e comercializando a água. Nesses termos, o Estado neoliberal tem uma clara opção de potencializar a expansão do capital agrário na região nordestina, de modo a intensificar mormente a concentração hídrico-fundiária (Cavalcante, 2019).

Isso ocorre porque as modificações que atualmente estão ocorrendo na região Nordeste são reflexo de um conjunto de estratégias políticas e econômicas neoliberais priorizadas pelo Estado, tendo em vista viabilizar o fortalecimento e a referida expansão do

capital, onde nesse estágio do capitalismo global, o poder dominante articulado pelo capital financeiro se consolida, gerando novas relações de produção entre a terra, água e território.

Diante desses fatos, o problema social no Nordeste não se resolve apenas com a chegada de água, já que esta, de certa forma, se faz presente em determinados reservatórios, a questão é como acontece a gestão e distribuição da rede hídrica. Essas novas políticas de redes hídricas têm ocasionado muitos conflitos territoriais, impactando principalmente os agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos originários. Na essência, o Estado neoliberal tem interesse em promover a expansão e consolidação do capitalismo no campo, através das empresas do agronegócio (Cavalcante, 2019).

Nessa lógica, o objetivo deste artigo é compreender como está sendo efetivada essa rede hídrica. A quem ela beneficiará a partir do mercado de terra e água? O agronegócio tenderá a se expandir ao longo dela? Existem concentrações hídricas e fundiárias por meio da territorialização das empresas do agronegócio? Quais as relações dos agricultores familiares com a rede hídrica? Ela está provocando conflitos através de lutas e resistências no campo?

Desse modo, o presente trabalho expressa a necessidade de pensar a contradição da nova rede hídrica do Nordeste, diante da transposição do rio São Francisco, sendo verificado a mercantilização da terra e da água e a concentração econômica na região, além de abordar a relação da integração de bacias e os novos donos das terras e águas para o sistema capitalista. Toma-se como recorte empírico o Sul do Ceará, lócus de atuação do Estado no âmbito do PISF.

2 METODOLOGIA

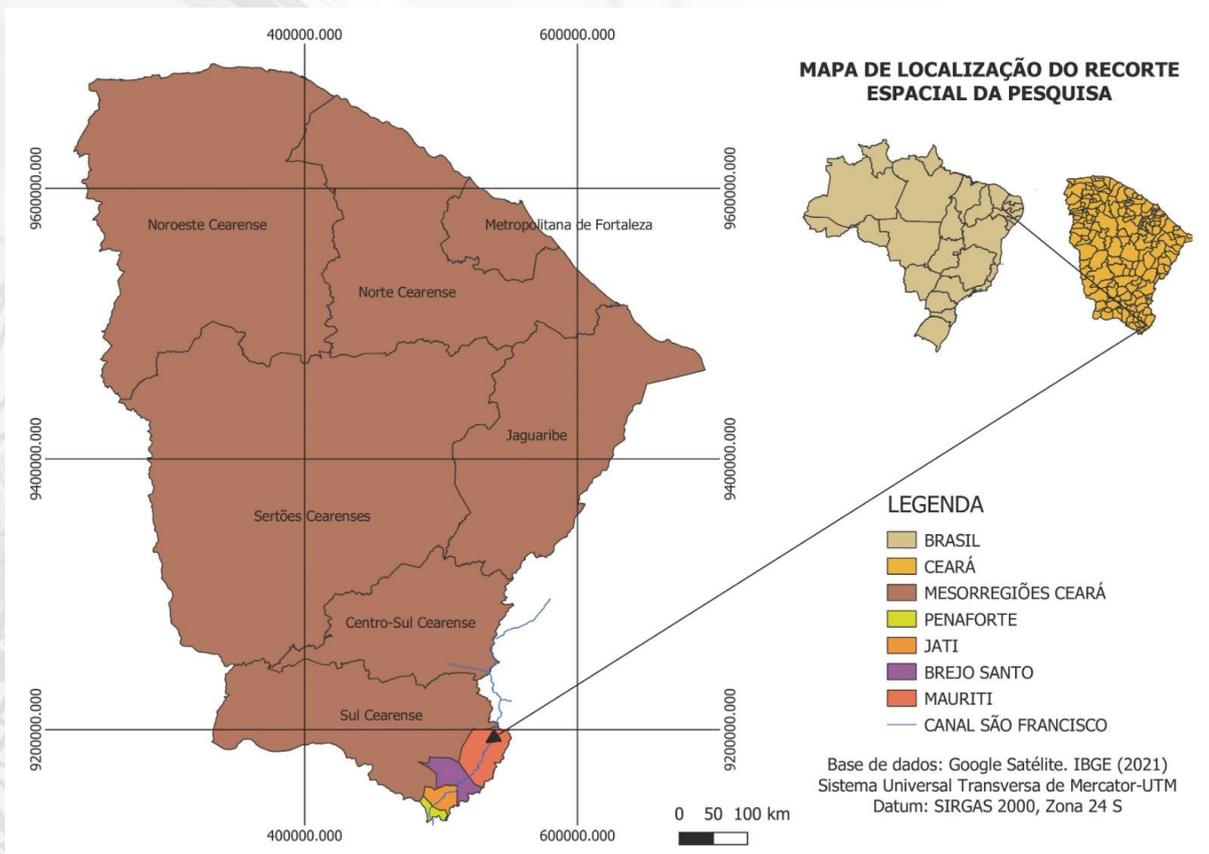
2.1 Área de estudo

A O estudo tem como delimitação espacial, os municípios que formam a mesorregião sul cearense – entendida neste trabalho como Sul do Ceará –, que se encontram no percurso do Eixo Norte da Transposição do rio São Francisco. Assim, muito embora a mesorregião seja formada por 25 municípios, o universo deste estudo restringe-se aos municípios de Penaforte, Jati, Brejo Santo e Mauriti, onde nota-se a ocorrência de obras da transposição do rio São Francisco (Figura 01), que modificou a rede hídrica dessa região.

A motivação para o presente trabalho é compreender essa geografia do capital agrário, diante da ação das empresas do agronegócio, do aumento no preço do mercado

da terra, das contradições no campo e sua nova dinâmica espacial, com as transformações marcadas por profundas disputas territoriais, expropriação, expulsão e relações de agricultores familiares de produção na área de influência na mesorregião sul cearense, a partir do projeto de transposição do rio São Francisco, nos municípios de Penaforte, Jati, Brejo Santo e Mauriti.

Figura 01 – Mapa de localização do objeto de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Torna-se importante conhecer a nova geografia da rede hídrica do Nordeste e entender a expansão capitalista e as transformações no campo, a partir do Projeto da Transposição e empreendimentos do agronegócio, pois essa água “corre” para o capital agrário a serviço dos interesses privados, com objetivo de lucro, enquanto os agricultores familiares nordestinos continuam sendo excluídos do processo de desenvolvimento regional sustentável.

2.2 Procedimentos metodológicos

Pretendendo alcançar os objetivos deste estudo, utilizou-se de procedimentos metodológicos realizados em diferentes etapas de laboratório e campo, com a finalidade de

obter e tratar dados quantitativos e qualitativos, de caráter primário e secundário. Foram levantadas pesquisas bibliográficas para elaborar o estado da arte em registros documentais de instituições que dispunham de dados associados à temática deste estudo.

Por sua vez, a pesquisa de campo foi conduzida de forma sistemática e abrangente ao longo de três anos, com início em 2021 e término em 2024. Assim, cada etapa foi planejada para garantir a compreensão da realidade local, pois na perspectiva ancorada no materialismo histórico e dialético, deve-se entender a totalidade do sistema capitalista de produção da seguinte maneira:

a) Reconhecimento da área de estudo e contato com as famílias: o fato do presente pesquisador ser um dos atingidos, favoreceu a relação pré-existente com várias famílias e amigos, bem como facilitou o diálogo inicial, uma vez que já havia uma base de confiança. Nesse contexto, ao ingressar no doutorado em 2021, o pesquisador conheceu a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na região do Cariri. Dessa forma, foi convidado a integrar o movimento e começou a realizar reuniões coletivas frequentes com os atingidos. Esse processo foi fundamental para desenvolver a consciência de classe entre os atingidos pela transposição, o que foi evidenciado nesta pesquisa.

b) Aplicação de metodologias participativas, suas concepções subjetivas e práticas realizadas pelos atores sociais pesquisados, possibilitando o entendimento da realidade local: a partir de outubro de 2023, após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, realizamos 20 entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa. Assim, entrevistamos 8 agricultores familiares, 4 representantes do Poder Executivo dos municípios estudados, 4 empresários ou representantes do agronegócio e 4 representantes institucionais.

c) Aplicação de entrevistas semiestruturadas, junto a representantes de entidades e grupos partícipes da rede hídrica do Nordeste, possibilitando o entendimento da realidade regional. Sendo assim, surgem indagações referentes a pesquisa: Como está sendo efetivada a transposição? Quem a transposição beneficiará a partir do mercado de terra e água? Quais as relações dos agricultores familiares com a transposição? Novos sistemas de produção agroecológico surgirão? O agronegócio tenderá a se expandir ao longo da transposição? A transposição está provocando conflitos através de lutas e resistências no campo? Existe concentração agrária e hídrica a partir das empresas do agronegócio na mesorregião sul cearense?

Através das entrevistas, foram coletadas informações que propiciaram alcançar os objetivos do presente trabalho. Fundamentando-se em todos os procedimentos de coleta,

análise e interpretação dos dados, foi possível compreender as transformações da nova rede hídrica do Sul do Ceará.

3 A REDE HÍDRICA EM DISPUTA: PARA QUEM SERVE A TRANSPOSIÇÃO?

Muito embora a motivação do Estado para a realização da obra da transposição do rio São Francisco tenha sido o direcionamento das águas para atender os 12 milhões de nordestinos do Semiárido, que sofrem com a falta de água, as evidências demonstram que o objetivo é favorecer os grandes projetos do agronegócio, inacessíveis às comunidades de agricultores familiares da mesorregião do sul cearense e, assim, em oposição à primazia do desenvolvimento social, atender, primordialmente, aos fins econômicos (Coelho, 2005).

Observa-se que esta rede hídrica que está sendo implantada, possibilita a disponibilidade de água e o fortalecimento de projetos de agricultura irrigada na região Nordeste, que possui grande potencial, com solos produtivos, favorecendo a expansão das áreas produtivas, elevando índices de produtividade agrícola por hectare de terra, ao longo do canal e reservatórios de acumulação de água que já se encontram em construção.

A estrutura hídrica apresentada pelo PISF está ocasionando intensas transformações com a concentração fundiária, econômica, social, renda, conflitos hídricos e territoriais (Brito, 2013), além de mudar a dinâmica espacial e de vida dos agricultores familiares, pois estes lutam contra o sistema da barbárie para defender seus territórios e a própria vida. Segundo Suassuna (2010, p. 349), “é a prova inequívoca da pressão política voltada para os interesses do agro e do hidronegócio”.

Percebe-se que a segurança hídrica para a região Nordeste se tornou um dos maiores desafios do Estado, nos últimos séculos. O sertanejo sempre foi prejudicado pela exclusão do acesso aos bens comuns da natureza (Almeida, 2022), o que tem ocasionado a migração da população do Nordeste para os grandes centros econômicos do país, em diferentes estados brasileiros.

Destaca-se, pois, que a transposição tem aprofundado as diferenças socioeconômicas regionais para atender aos latifundiários que monopolizam as águas e terras da região e grandes grupos econômicos do agronegócio (Silva, 2017), através de projetos de irrigação, assim como às grandes empreiteiras e aos políticos, que buscam financiamentos eleitorais, mesmo que seja feita, como mencionado anteriormente, em nome da população sedenta do Semiárido (Petrella, 2002). Concorda-se com Assis (2009), quando afirma que a transposição do rio São Francisco está fadada ao insucesso, que

beneficia uma minoria de privilegiados de grandes empreendimentos do agronegócio, quando atende aos interesses de poucos, em detrimento do interesse coletivo das comunidades de agricultores familiares.

Ao analisar as conjunturas dessa obra, destaca-se que, no momento de sua concepção, não se pensou nas comunidades existentes em seu percurso. Observa-se que a transposição não foi idealizada para todos, com capacidade de atenuar a carência de água no Nordeste, mas para alimentar a indústria da irrigação voltada para a exportação.

Assim, os agricultores familiares dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, em que seus territórios de vivência foram e/ou estão sendo transformados pela execução desta mega obra pública, que está na lógica capitalista da globalização, obrigando os agricultores a saírem de suas residências rurais para o espaço de vilas produtivas rurais, modificando o seu modo de vida, efetivando novas concepções das categorias de terra, água e território.

Este é o processo que está em curso na Transposição do Rio São Francisco, uma infraestrutura que está transformando o território do cotidiano dos agricultores familiares que, na sua essência, está relacionada com os sentimentos de pertencimento, relações de identidade, valorização de vivências, experiências, costumes e hábitos (Fernandes, 2009).

É notável a transformação do território como um espaço vital, afetando famílias de diversas localidades vizinhas ao projeto. Essas famílias realocadas agora compartilham um mesmo espaço, o que as obriga a se ajustarem a novos modos de vida, tradições, experiências e interações. Essa mudança de dinâmica ressalta a des-re-territorialização, conforme proposto por Haesbaert (2004), que se refere ao processo pelo qual as pessoas perdem sua conexão com um território vivido, em decorrência de mudanças sociais, econômicas ou políticas, resultando em novas formas de identidade e pertencimento, mas também, ocasionando conflitos e desigualdades, como tem ocorrido no percurso da nova rede hídrica do Nordeste, em especial, no entorno da transposição do rio São Francisco.

Dessa forma, a lógica do território apropriado pelo capital, considerando-se a apropriação de recursos naturais como terra e água, ocasiona processos de disputas territoriais, através da concentração de terras, na desigual estrutura fundiária, na expropriação da agricultura familiar, na apropriação da renda da terra ocasionando o aumento do preço da terra e diferentes formas de acesso à água.

A transposição tem aprofundado a disputa, interesse, apropriação, controle e gestão deste recurso hídrico (Ismael, 2022), evidenciando uma verdadeira mercantilização e privatização da água, cada vez mais frequente em nossa realidade (Petrella, 2002). Este

pensamento foi construído a partir da especulação de monopólio de água e terras, no percurso da transposição do rio, por latifundiários, bem como pela resistência de reassentados e agricultores familiares em todo o percurso da obra.

A sociedade do Nordeste está testemunhando um avanço do cenário de indignidade de disputas, conflitos e contradições entre os agricultores familiares e o setor do agronegócio em relação à rede hídrica. Fato relevante que demonstra interesses de capitais que, por sua vez, têm suas ações rigidamente ligadas à dinâmica dos interesses privados com as empresas do agronegócio, com suas elevadíssimas demandas de terra e água, o que tem ocasionado conflitos com os agricultores familiares (Assis, 2015).

Esse processo é caracterizado pela concentração de riqueza, conflitos agrários e hídricos, expansão, concentração e especulação fundiária, acelerando a dinâmica da concentração agrária, alto nível de mecanização no campo, ocasionando o êxodo rural, com as desapropriações dos agricultores familiares e concentração de poderes nas mãos de poucos. Essa série de problemas na região, são estratégias de reprodução e interesse do capital para acumulação capitalista da economia globalizada (Cavalcante, 2019).

A revelação de que a transposição tem modificado as políticas hídricas e agrárias, com efetivação dos mercados das águas e das terras na região, é um fato que se evidencia ao entrar em contato com os atores sociais, envolvidos com a problemática. Os bens da natureza deixaram de ser de uso comum dos sertanejos e, hoje, estão legalizados através de outorga e cobrança da água que se tornou necessária para que o Estado possa ter maior controle sobre a gestão dos recursos hídricos. Em tempos de crise o Estado é acionado para resolução dos problemas. Na essência, esse projeto foi planejado levando em consideração o desenvolvimento regional para os donos do capital.

No entanto, essa estratégia também intensifica desigualdades regionais, concentrando o desenvolvimento em poucos locais, em detrimento de outros, como está ocorrendo no entorno da transposição, criando um cenário de exclusão e aprofundando as disparidades socioeconômicas. Assim, a construção dessa rede hídrica está modificando a configuração geográfica do Nordeste, ao inserir essa região a patamares de competitividade global, criando e potencializando políticas públicas a servirem aos interesses desses agentes hegemônicos, conjunto de possibilidades socioeconômicas, através do domínio territorial, a concentração da terra e a mercantilização da água para a acumulação do capital.

Tais ações do Estado neoliberal estão ocasionando ascensão do crescimento acelerado de conflitos hídricos e resistências, através dos movimentos sociais, com ações

e organizações políticas para obter visibilidade, pois estão lutando para resolver essa problemática e pensando em outro modelo de sociedade, que seja justa, emancipatória e que potencialize a inclusão das pessoas (Lima, 2005).

Esses projetos provocam, também, processos de grandes transformações sociais que, constantemente, estão expropriando direta ou indiretamente, principalmente, os agricultores familiares, que estão pautados no discurso oficial de Estado, com a narrativa e ideologia do progresso e crescimento econômico da região. Contudo, há sérios desafios para que os sertanejos façam parte do desenvolvimento regional, a contar do acesso à terra para produção de alimentos para que gere renda, água para beber e irrigar as suas culturas e território para manter o direito à memória, liberdade, autonomia, identidade e seus próprios modos de vida.

Destaca-se também o papel do Estado e do capital na nova geografia da rede hídrica, com transformações na dinâmica regional com a geopolítica da água, pautando-se, principalmente, na exclusão hídrica dos sertanejos, e estes, somente tem acesso, através do pagamento e, no entanto, existiu/existe a concentração e vantagens que fortalecem as oligarquias agrárias e os setores do agronegócio, que sempre tiveram acesso e, atualmente, com mais poder, em virtude disso tem intensificados os conflitos. Nesse cenário, os conflitos pela água ocorrem em decorrência da inexistência da democratização dos recursos hídricos.

Como se vê, a construção da rede hídrica e a chegada das águas não possibilitaram a democratização da água (Sousa, 2019); associado a isso, crescem em todo o percurso dessa obra várias formas de resistências das comunidades de agricultores familiares, pois, conforme observado nos trabalhos de campo, as condições de vida estão piores que antes do projeto de transposição, em razão de que, no momento, precisam pagar pela água.

Na atual conjuntura da transposição do rio São Francisco, o Nordeste transformou-se em um espaço privilegiado para os novos donos das águas do setor do agronegócio, intensificando a expansão da irrigação, concentração de renda, terra e a desigualdade territorial, além de transformar a água em mercadoria. O Estado capitalista e as políticas públicas de planejamento para a região fortaleceram a competitividade no mercado nacional. Em sua essência, a transposição do rio São Francisco privilegiou os novos donos das águas (Morais, 2021), que são os latifundiários da classe dominante, que sempre se beneficiaram com a estrutura agrária e hídrica excludente, com isso, está potencializando a acumulação de capital.

Nesse contexto, as empresas do agronegócio exercem o domínio regional dos

recursos hídricos e aceleram o processo da concentração e controle desse bem comum, tornando este em mercadoria. Esse processo causa injustiça dos direitos dos camponeses, pois visa sobretudo o lucro excessivo. Sendo assim, entendendo a função da atuação do Estado e as contradições no projeto estratégico para região do Nordeste, efetivando novos donos das águas nos caminhos das integrações de bacias, com essas ações, têm servido para atrair grandes investimentos nacionais e internacionais das empresas do agronegócio.

4 A CONCENTRAÇÃO HÍDRICO-FUNDIÁRIA NO SUL DO CEARÁ

No Sul do Ceará, existe um processo de concentração hídrico-fundiária em curso nas últimas décadas, a partir da consecução das obras da transposição do São Francisco. Saboia (2015) sinalizou contradições quanto aos agentes sociais que teriam acesso à água na região e apontou alterações na dinâmica produtiva do território em função das infraestruturas hídricas que ainda estavam sendo implantadas. Atualmente, esse território está sendo privilegiado para instalações de empresas e reprodução capitalista do agronegócio, ocasionando a concentração hídrica e fundiária.

Esse dinamismo na nova configuração socioterritorial do Sul do Ceará, motivado, inicialmente, pelo baixo preço da terra e pela segurança hídrica, a partir da transposição, gerou incentivos financeiros públicos/privados para inovações de tecnologias e formação profissional para assistências técnicas, direcionadas para o aumento da produtividade no campo, como também, influenciou a territorialização das empresas do agronegócio na região.

Nesse território, verificamos intrínsecas evidências entre o Estado e o capital: com o avanço intenso na territorialização do capitalismo no campo, esse processo em curso, com amplo aval e patrocínio do Estado que, além de promover a perpetuação do latifúndio no campo, potencializa a desigualdade regional materializada nas ações de políticas públicas de incentivos fiscais, conhecimento científico para formação de mão de obra, créditos agrícolas e assistência técnica, que beneficiam os poderes das oligarquias regionais e, com isso, favorecem, ainda mais, a concentração e expansão da acumulação do capital (Nobre, 2021).

É justamente nesses processos de concentração de terra e água que está se potencializando a rentabilidade financeira das atividades agrárias no sul cearense. As terras, ao longo da transposição, estão sendo mais valorizadas do que as que se localizam mais distante do projeto:

A especulação foi grande e os valores são bem maiores do que os praticados antes da transposição e muitos agricultores familiares venderam suas terras no início da obra e atualmente eles vivem sem terras e sem condições de comprar outras terras” (Fala de um agricultor familiar de Penaforte-Ce, out. 2023).

A chegada da transposição, na região, ocasionou um nítido crescimento da valorização do mercado das terras, que está favorecendo, principalmente, os latifundiários. Com isso, é possível ter a viabilidade para a expansão do agronegócio no sul cearense. Nesse sentido:

Sem sombra de dúvidas terá uma atração é um olhar chamativo para as áreas que receberão as águas da transposição do rio São Francisco, no entanto resta saber também a que custo é água será captada para atividade de irrigação, sendo assim onde acontecer o uso para beneficiamento de irrigação terá essa questão em curso (Fala de um representante do Poder Executivo de Penaforte, out. 2023).

A realidade que vemos no sul cearense está fortalecendo a expansão do capitalismo, por meio do planejamento da região com as construções de infraestruturas hídricas, viabilizadas pela transposição do rio São Francisco, Ramal de Salgado e Cinturão das Águas do Ceará, garantindo a segurança hídrica para atividades econômicas, pautadas nas aquisições de terras baratas, solos com potenciais produtivos e com abundância de água nos aquíferos, favorecendo a construção de poços profundos. Com isso, tem ocasionado a atração de empresas do agronegócio e efetivado uma mudança na dinâmica agrária.

Nesse sentido, a concentração de terras também se configura na apropriação das águas. E é a partir da rede hídrica que se observa a atuação de empresas do agronegócio no sul cearense, como os empreendimentos: Paraíso Verde, Gaúcho, Sávio Bringel, Fazenda Ribeirão (Figura 02). Com base nas informações obtidas nos trabalhos de campo, o que se percebe é o fortalecimento dos interesses do capital, em detrimento da produção familiar e qualidade de vida no campo.

Figura 02 – Cultivo de banana e feijão por empresas do agronegócio em Mauriti.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Com a recente expansão da territorialização das empresas do agronegócio na região, esse modelo está ocasionando a crescente concentração de terra e água, como verificamos na empresa Paraíso Verde, que iniciou suas atividades em 2009, com 425,2 hectares, em Barbalha e, em 2023, comprou 607 hectares em Abaiara; no ano de 2020 comprou 321 hectares em Mauriti e no ano de 2023 comprou 200 hectares em Jati. Atualmente, apenas essa empresa concentra 1.553 hectares.

Com isso, observam-se transformações dos territórios ocorridas pelas alianças entre o Estado neoliberal e o capital agrário, efetivando mudanças estruturais baseadas no modelo produtivo do agronegócio, com extensas áreas de monoculturas com uso em grandes quantidades de recursos hídricos. A concentração hídrico-fundiária nessa região é evidenciada com desigualdades regionais, injustiças sociais e hídricas, sendo nítida a apropriação capitalista pelas empresas do agronegócio. Esse sistema obtém lucro mediante a disponibilidade hídrica, solos férteis, utilização de inovações técnico-científicas e agronômicas e sistemas de irrigação modernizados, são mecanismos fundamentais para o desenvolvimento dessa atividade.

A aliança entre o Estado e a territorialização do capital agrário, inserido em conjunto de políticas públicas e econômicas, é favorável ao uso do território pelas empresas do agronegócio na região. Nesse contexto, compreende-se que o “[...] uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (Santos; Silveira, 2008, p. 144).

Diante desse cenário, percebe-se o aquecimento do mercado de terras, ao longo de vários trechos da transposição, intensificando a expansão do capital agrário associado

à garantia hídrica, para realizar a expansão das áreas irrigadas, além da existência de mão de obra qualificada e abundante na região e, também, a construção da logística de infraestrutura para escoamento da produção, criando toda uma estrutura viável para expansão do capital agrário.

Essa dinâmica permitiu com que houvesse uma verdadeira corrida por terras na região e valorização fundiária, além de crescente interesse pelas terras dos agricultores familiares que, posteriormente, a essa venda, ficam sem ter onde produzir. O fato é que o sul cearense é marcado pelo sistema de produção da agricultura familiar e que, após a transposição, nota-se um aumento do cultivo de banana, por exemplo, ou seja, um cultivo de monocultura nos moldes do agronegócio.

Mediante a reconfiguração da questão agrária na região, é preciso compreender as narrativas apresentadas pelos agricultores familiares, pois afirmam que, a partir da transposição, ocorreu o processo de aumento dos preços das terras e concentração fundiária: “Eu lembro que o hectare era barato. Mas quando começou a construção do canal da transposição os preços das terras foram lá pra cima” (Fala de um agricultor familiar de Jati-Ce, out. 2023).

Compreende-se que a transposição do rio São Francisco, a partir das chegadas das águas, teve um *boom* no mercado das terras na região, como afirma um agricultor familiar: “estamos em um raio de 100 km em que existe mais de 1 milhão de pessoas com isso existe um grande mercado consumidor e por isso algumas empresas de fruticultura estão chegando na região” (Fala de um agricultor familiar de Brejo Santo-Ce, out. 2023). Outro agricultor familiar relata que:

O modelo que está se desenhando com mais efetivo é o modelo do Vale do São Francisco de Juazeiro e Petrolina, que aproveita a oferta das águas, as condições de luminosidade e de solos férteis para produzir *commodities* agrícolas (Fala de um agricultor familiar de Mauriti-Ce, out. de 2023).

Dessa forma, a região do Cariri revela constantes mudanças e múltiplas transformações no território para favorecer o grande capital hegemônico do agronegócio. Essa análise compreende modificações no plano econômico, nos costumes, na tecnologia, na divisão do trabalho, na estrutura hídrica/fundiária, na relação que os camponeses têm com a terra, bem como em toda a vida social dos povos impactados por esse projeto de rede hídrica e a problemática agrária.

Constata-se um crescimento de diversos equipamentos para perfuração de poços artesianos a fim de obter água para irrigação, prejudicando o meio ambiente e sem as devidas licenças ambientais, comprometendo, assim, a recarga hídrica do aquífero da região. Conforme depoimento de um representante da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH):

Nós estamos com plano de monitoramento de águas subterrâneas na Bacia do Araripe que iniciou em 2009 com 24 poços e 30 fontes naturais na região do Cariri. Os dados da evolução da série histórica são extremamente preocupantes, pois existe um rebaixamento em média de 0,5 metro por ano. A principal causa é a nova fronteira do capital com a expansão do agronegócio (Depoimento de um a servidor público da COGERH, 2024).

O avanço da exploração capitalista e a riqueza proveniente das políticas públicas efetivadas são evidentes, segundo o depoimento de um representante regional do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na abertura da Expocrato: “Atualmente 46% de todo o recurso do Banco do Nordeste é destinado ao setor do agronegócio para toda a região do Nordeste e o Norte de Minas Gerais”. Entretanto, para os agricultores familiares, existe toda uma burocracia que muitas vezes torna inviável a obtenção desses recursos.

Nas últimas décadas, temos testemunhado a expansão de uma nova fronteira agrícola no sul do Ceará, impulsionada pelo discurso progressista no campo. As exposições promovem o modelo neoliberal do agronegócio, atraindo empresários de diversos estados do Brasil. Como afirma um dos coordenadores da Expocrato:

A região do Cariri está crescendo muito. Nos últimos 5 anos, com a chegada de vários empresários do agronegócio do Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Alagoas, que estão investindo em uma região diferenciada, que chove entre 800 a 1000 mm por ano, com um lençol freático excelente em água e querendo obter acesso às águas da rede hídrica do Cariri. Além de existir terras baratas para comprar, está próxima do Polo Gesseiro do Araripe em Pernambuco - o maior do país, a 250 km da mesorregião sul cearense. De lá saem 97% da gipsita do país que representa a quarta maior reserva do planeta. Brevemente, essa logística vai melhorar através dos vagões da Transnordestina, trazendo vantagens para a correção do solo e para a melhoria da fertilidade das propriedades (Depoimento de um dos coordenadores da Expocrato, 2024).

Deste modo, as falas dos agricultores familiares e representantes de instituições públicas e privadas do território do sul do Ceará destacam uma mudança perceptível na estrutura agrícola no sul cearense, passando de um modelo de agricultura familiar para o sistema de agronegócio competitivo. Recursos como água, luminosidade e solos férteis

estão sendo direcionados para o agronegócio, refletindo uma transformação significativa no setor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se, diante do exposto ao longo do artigo, que a região Nordeste está efetivando a nova rede hídrica tendo o Estado como o agente determinante das transformações, por intermédio de políticas públicas desenvolvidas com a criação das condições necessárias à expansão e consolidação do mercado das águas, potencializando as atividades do agronegócio.

É possível perceber, com isso, que grandes investimentos do Estado em políticas públicas agrárias e hídricas dão-se com intuito de criar e fortalecer os projetos agrícolas no Sul do Ceará, destinados às atividades do agronegócio, com acesso a água da rede hídrica através da transposição, com a utilização das características e potencialidades regionais e mantendo a questão histórica de exclusão e desigualdade regional com uso do dinheiro público.

Nota-se, com isso, a consecução de nova configuração territorial, através da intensificação das relações capitalistas privilegiando o setor do agronegócio e transformando a estrutura agrária da região que, anteriormente, possuía uma baixa concentração fundiária, além de facilidade de uso das águas e das terras. Esse está promovendo uma insustentabilidade socioeconômica e ambiental, evidenciado pelo desmatamento e crescimento da monocultura irrigada e do uso de agrotóxicos.

A ofensiva do capital, materializada na corrida nos mercados das terras sobre as margens da transposição, constitui as condições ideais para a consolidação do território capitalista, com a monopolização das terras e do acesso a essa água. Esse processo eleva a contrarreforma agrária e potencializa a expansão do agronegócio, que ocasiona o desenvolvimento desigual e excludente na região.

Diante dessa conjuntura, a maior centralidade na expansão da concentração da terra, água e de capital têm transformado o território da agricultura familiar em território do agronegócio, pois esse modelo de produção está baseado no latifúndio, na monocultura e no uso de agrotóxicos, tem-se uma rede hídrica que impulsionou o aquecimento do mercado das terras que, inicialmente, apesar da terra apresentar um baixíssimo preço, possuía as condições propícias para a produção agrária, com relevo adequado para

mecanização agrícola e uso de pivô central, com expansão de áreas de monoculturas irrigadas.

Essas características fizeram com que no Sul do Ceará, desde o início da construção da transposição do rio São Francisco, intensificassem as demandas de compras de terra e, assim, houve uma mudança na dinâmica da estrutura fundiária com a expansão do latifúndio e concentração fundiária, que se tornou o território privilegiado para expansão do capital.

Todas essas aquisições fundiárias são essenciais para o processo de controle do território e no avanço do capitalismo no campo, vinculadas, evidentemente, sobre a concentração das terras integradas à produção e aumento do volume de água, que se inserem nos impactos e nas injustiças que estão em prol dos interesses da burguesia agrária, em detrimento de outras alternativas de vida.

Com isso, também se intensificaram os conflitos hídricos, de modo que, o presente modelo de desenvolvimento econômico já demonstra que é inviável para os agricultores familiares, que têm desenvolvido as suas atividades no campo, com produção diversificada de alimentos e garantia de segurança alimentar para as suas famílias, com construção de territórios de resistência, existência e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. de S. **Água, território e justiça: a transposição do rio São Francisco e as vilas produtivas rurais**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022.

ASSIS, A. T. de. **A Transposição do Rio São Francisco na voz dos diretamente atingidos em Cabrobó (PE)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

ASSIS, A. T. de. **Transposição do Rio Piumhi para o Rio São Francisco: registro histórico**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2009.

BRASIL, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://relatorio-conjuntura-ana-2021.webflow.io/>. Acesso em: 08 dez.2022.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento regional-MDR. **Projeto de integração do Rio São Francisco: entenda o projeto**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL, Ministério da integração nacional-MI. **Projeto de Transposição de Água do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional**. Brasília, DF; 2004, 10v.

BRITO, A. C. R. **Transformações territoriais no Cariri cearense**: o cinturão das águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixo das Palmeiras, Crato/CE. 2016. 308f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BRITO, F. B de. **Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.ufpb.br/legat/contents/documentos/teses/tese-franklyn-barbosa.pdf/view>
Acesso em: 25 dez 2021.

CAVALCANTE, L. V. **As firmas tomaram conta de tudo**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

COELHO, M. A. T. **Os descaminhos do São Francisco**. Paz e Terra: Petrópolis, 2005.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

ISMAEL, L. **Análise de conflitos hídricos nas vilas produtivas rurais do eixo norte da integração do São Francisco no Sertão Paraibano**. 2022. 211f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – Paraíba, 2022.

LIMA, L. C. Além das águas, a discussão no nordeste do Rio São Francisco. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, 17, p. 94-100, 2005.

MARX, K. **O capital, livro 1**: O processo de produção do capital. 24. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MORAIS, H. B. de. **Dos cantos de Acauã à dialética da asa branca e do assum-preto**: cercamentos, conflitos e resistências no novo caminho das águas – Paraíba, Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

NOBRE, F. W. **A redefinição espoliativa dos “caminhos das águas” e os conflitos hidrotoriais no cariri cearense**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

PETRELLA, R. **O manifesto da água**: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SABOIA, A. L. **Água para quem?** Os meandros da gestão de recursos hídricos no Estado do Ceará. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, A. C. A. B. **As águas do rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural.** 2017. 406f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SOUSA, José Anderson de. **Projeto de transposição do rio São Francisco e o agrohidronegócio no Cariri cearense.** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SUASSUNA, J. **Transposição do rio São Francisco na perspectiva do Brasil real.** São Paulo: Porto de Ideias, 2010.
